

2014: Ano Internacional da Agricultura Familiar

Álvaro Simon¹

Introdução

O ano de 2014 é muito especial para os brasileiros: é o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF). Essa celebração é fruto da iniciativa das mais de 360 organizações de 60 países nos cinco continentes, que em 2008 iniciaram uma campanha para que a Organização das Nações Unidas (ONU) adotasse a proposta de um ano Internacional para a Agricultura Familiar. Reunida na sua 66ª sessão, em dezembro de 2011, a Assembleia-Geral da ONU declarou por unanimidade o “Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014”. Na oportunidade, foi conferido à Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e Agricultura (FAO) o mandato de programar ações em parceria com governos de países-membros e instituições não governamentais que atuam no tema da agricultura e da segurança alimentar e nutricional.

Nesse sentido, foi criado o Comitê Mundial de Acompanhamento do AIAF 2014, com a participação de 12 Estados-Membros, representantes de agências da ONU, Fórum Rural Mundial (FRM), União Europeia, organizações não governamentais e setor privado. O lançamento oficial realizou-se no dia 22 de novembro de 2013 na sede da ONU, em Nova York. Em fevereiro de 2014, foi criado o Comitê Brasileiro para o Ano Internacional da Agricultura Familiar Camponesa e Indígena (IAF/CI), composto de 49 membros, sendo 31 entidades não governamentais e 18 representantes do Governo. Cabe ao Comitê, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), planejar, propor, promover, articular e organizar as atividades do AIAF.



O que é Agricultura Familiar?

Para a FAO (2014), a Agricultura Familiar transcende os aspectos individuais que normalmente são usados para descrevê-la. É mais que um modelo de economia agrária; consiste em um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão de obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens. A família e a exploração estão vinculadas, coevoluem e combinam funções econômicas, ambientais, reprodutivas, sociais e culturais. Por isso, ao falarmos de Agricultura Familiar, também nos referimos a pescadores artesanais, pastores, recolectores, trabalhadores sem-terra e comunidades indígenas. Essa definição vai além do marco legal estabelecido no Brasil, pela Lei 11.326, de 25 de julho de 2006.

Mulheres e juventude como atores fundamentais

O Comitê Consultivo Mundial (CCM)

do AIAF, composto pela sociedade civil, reunido em Bruxelas no dia 28 de novembro de 2013, definiu como temas centrais: a importância da aliança local, regional e internacional por terra, alimentos saudáveis e trabalho decente; agricultores familiares organizados, mas com atitude autônoma; direito ao trabalho na terra, ao mercado local e à organização; direito a uma educação permanente, técnica e específica para o campo. Segundo a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) (2014), ao trabalhar esses conteúdos, as representações presentes na reunião chegaram à conclusão que os atores fundamentais do AIAF são as mulheres e a juventude. As mulheres, devido a sua atuação, principalmente no tema da agrobiodiversidade, e a juventude porque, em vários países, os jovens estão saindo do campo por falta de oportunidade. Em outros, estão voltando com proposições de qualidade, inclusive de novas tecnologias agrícolas. Com isso, o tema da sucessão rural será aprofundado, e nada melhor do que colocar esse público em evidência durante o Ano Internacional da Agricultura Familiar.

¹ Engenheiro-agrônomo, Dr., Epagri/Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa), Rod. Admar Gonzaga, 1486, Itacorubi, C.P. 1587, 88034-001 Florianópolis, SC, fone: (48) 3665-5091, e-mail: simon@epagri.sc.gov.br.

Estudo recente aponta que a Agricultura Familiar representa 90% de todas as explorações agrícolas, e as mulheres são quase metade da mão de obra nos países em desenvolvimento; o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) calcula entre 60% e 80%. Foram elas que domesticaram boa parte das espécies de plantas que são utilizadas comercialmente hoje em dia. Na maioria dos casos, a mulher agricultora cozinha e coloca a comida na mesa, comercializa os produtos e ocupa-se da saúde da família e da educação de seus filhos. Essas características específicas da Agricultura Familiar dificilmente são captadas nas análises econômicas a partir da perspectiva do lucro, revelando uma complexidade inerente que diferencia essa atividade das demais formas de exploração agrícola.

Estabelecimentos agropecuários por tipo de agricultura em Santa Catarina

Tipo de agricultura	Estabelecimentos agropecuários			
	Número	%	Área (ha)	%
Familiar	168.544	87	2.645.088	44
Não familiar	25.119	13	3.395.047	56
Total	193.633	100	6.040.134	100

Fonte: Síntese Anual da Agricultura de SC (2010).

Importância da Agricultura Familiar

A celebração do AIAF/2014 visa aumentar a visibilidade da Agricultura Familiar e dos pequenos agricultores e despertar a consciência das sociedades sobre a importância desses trabalhadores para o desenvolvimento sustentável das nações. Dados da FAO (2014) apontam que há hoje no

mundo 1,5 bilhão de pessoas em 380 milhões de estabelecimentos rurais, 800 milhões com hortas urbanas, 410 milhões em florestas e savanas, e mais de 100 milhões de pastores camponeses. A pesca em pequena escala é o meio de subsistência de 357 milhões de pessoas. Entre todos esses, 370 milhões de indígenas. Juntos, esses agricultores familiares, camponeses e indígenas constituem mais de um terço da humanidade e produzem 70% dos ▶



Mulheres representam quase 50% da mão de obra familiar agrícola nos países em desenvolvimento



Em Santa Catarina, 87% dos estabelecimentos agropecuários pertencem a pequenos e médios agricultores familiares

alimentos do mundo.

Nos países do Mercosul, os cerca de 5 milhões de estabelecimentos da Agricultura Familiar representam 83% do total de estabelecimentos agropecuários, produzem a maioria dos alimentos na região e são os principais responsáveis pela ocupação do campo. No Brasil, os agricultores familiares respondem por 84,4% dos estabelecimentos do País, ocupam 24,3% da área cultivada e empregam 74,4% da mão de obra do setor agropecuário. Já em Santa Catarina, 87% das propriedades se enquadram na Lei 11.326, da Agricultura Familiar, mas ocupam somente 44% da área agrícola do Estado.

Esses dados, contudo, não escondem a realidade de um mundo rural ainda marcado pela pobreza, atingindo mais de 900 milhões de habitantes rurais nos vários continentes. No Brasil, quase

metade dos miseráveis registrados no Cadastro Único vivem no meio rural. Apesar da firme atuação dos últimos governos, essa realidade dramática ainda existe, por diversas causas, podendo tornar-se uma realidade crônica em caso de desativação dos programas de erradicação da pobreza. O Fórum Rural Mundial (2014) aponta alguns dos desafios que estão dificultando o desenvolvimento e a qualidade de vida desses trabalhadores:

- dificuldade de acesso aos recursos e insumos de produção (terra, água, sementes, equipamento etc.);
- envelhecimento e migração para as cidades por falta de emprego rural;
- baixa incorporação da juventude na agricultura;
- não reconhecimento do efetivo papel das mulheres agricultoras;
- baixa ou nula participação dos pequenos agricultores nos processos de

tomada de decisões e nas políticas que os afetam;

- a volatilidade dos preços dos produtos agropecuários;
- mudanças climáticas;
- falta de acesso a serviços de marketing, divulgação, informação e formação agrícola, crédito e financiamento,
- concorrência desleal de importações subsidiadas;
- falta de acesso à educação e à saúde.

Ações a ser desenvolvidas

Para atender a essa diversidade de questões, o AIAF 2014 tem como objetivo reposicionar a Agricultura Familiar no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas nacionais, identificando lacunas e oportunidades para promover mudanças rumo

a um desenvolvimento mais equitativo e equilibrado. Também é sua meta promover ampla discussão e cooperação nos âmbitos nacional, regional e global para aumentar a conscientização e o entendimento dos desafios que os pequenos agricultores enfrentam e ajudar a identificar maneiras eficientes de apoiar os agricultores familiares. Para isso, o Comitê Internacional, em parceria com o Fórum Rural Mundial, sugere o desenvolvimento de sete ações:

- Promover, em todos os níveis, políticas ativas para o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar e pressionar os governos e instituições internacionais para adotar medidas e estratégias concretas e operacionais, centrando-se especificamente no desenvolvimento da Agricultura Familiar, fazendo com que as dotações orçamentárias necessárias sejam dirigidas para esses fins.

- Reforçar a legitimidade das associações camponesas que representam os interesses da Agricultura Familiar para serem ouvidas e para atuarem como parceiras na elaboração e no desenvolvimento de políticas agrícolas.

- Aumentar a conscientização da sociedade civil e todas as partes interessadas sobre o papel crucial da Agricultura Familiar na produção sustentável de alimentos e na conservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

- Reconhecer o papel das mulheres na Agricultura Familiar e de seus direitos específicos.

- Reduzir a migração de pequenos agricultores do campo para a cidade por razões relacionadas com a pobreza rural, promovendo políticas para o emprego agrícola e a juventude rural.

- Propor e defender um comércio internacional de alimentos com base em regras que promovam o desenvolvimento e a segurança alimentar em todos os países, a igualdade de acesso aos mercados, a proteção da Agricultura Familiar nos países em desenvolvimento, contra o *dumping* e as importações subsidiadas etc.

- Promover as diversas formas de pesquisas relacionadas com o desenvolvimento rural sustentável, fornecendo-lhes os recursos humanos e financeiros para o cumprimento da sua tarefa e para a aplicação dos seus resultados e avanços.

Para o Comitê Brasileiro, o AIAF/CI-2014, além de significar o reconhecimento da importância da Agricultura Familiar, é uma oportunidade de refletir sobre seu papel na economia, na conservação da biodiversidade, na segurança alimentar e nutricional, como um modelo de produção sustentável, com grande diversidade cultural e de sujeitos. Os movimentos sociais do campo reconhecem que o Governo brasileiro tem produzido um conjunto de políticas públicas que atendem aos interesses deste setor. Com a recente criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), as entidades públicas e estatais de pesquisa, assistência técnica e extensão rural têm no AIAF/CI 2014 a oportunidade de discutir e reposicionar as ações desenvolvidas com o objetivo de melhorar o bem-estar das comunidades rurais.

Referências

1. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM

AGRICULTURA. **Comitê Internacional faz planejamento global para o Ano Internacional da Agricultura Familiar.** Disponível em: <www.contag.org.br>. Acesso em: 9 abr. 2014.

2. COMITÊ BRASILEIRO DO AIAF/CI-2014. **Ano Internacional.** Disponível em: <www.aiaf2014.gov.br>. Acesso em: 9 abr. 2014.

3. FÓRUM RURAL MUNDIAL. **Año internacional de la Agricultura Familiar-AIAF 2014.** Disponível em: <www.aiaf2014.org.br>. Acesso em: 9 abr. 2014.

4. FÓRUM RURAL MUNDIAL. **Carta de Abu Dhabi: demandas das organizações da Agricultura Familiar para o ano internacional da Agricultura Familiar AIAF-2014.** Abu Dhabi. 2014. Disponível em: <www.familyfarmingcampaign.net>. Acesso em: 9 abr. 2014.

5. CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

6. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Ano Internacional da Agricultura Familiar.** Disponível em: <www.fao.org/family-farming-2014/pt/>. Acesso em: 8 abr. 2014.

7. **SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA.** Florianópolis: Epagri/Cepa, 2010. 317p. ■

VOCÊ SABIA

que a Epagri/GMC produz, por ano, mais de 250 programas de rádio veiculados em mais de 140 emissoras?

